

**ILUSTRÍSSMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO SETOR DE LICITAÇÃO DO
MUNÍCIPIO DE NOVA FRIGURGO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**Processo Administrativo nº 3.085/2021.
Pregão Eletrônico nº 100/2021.**

**FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM
ÓXIDO DE ETILENO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº.
01.805.305/0001-33, com sede na Rod. BR 267, S/N, KM 45, Distrito Industrial I. G. Souza,
CEP: 36.608-000, na cidade de Maripa de Minas/MG, neste ato representada na forma de
seu contrato social, por seu advogado e bastante procurador, vem tempestivamente, com
fulcro no art. 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal, art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e item
29.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 100/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**,
em consonância com os fatos e fundamentos que serão aduzidos abaixo.

1.0 DA TEMPESTIVIDADE.

De acordo com o tópico 29.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº. 100/2021, o interessado poderá apresentar a Impugnação ao edital até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

29.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para pregaoeletronico.friburgo@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

Ainda, nos termos do item 29.2, cabe ao Pregoeiro responder no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

Nesse sentido, visto que a sessão foi agendada para o dia 17 de novembro de 2021, a presente impugnação encontra-se tempestiva.

2.0 DOS FATOS.

Tornou-se público a realização da licitação, na modalidade Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de **ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital.**

Desta feita, a Impugnante, cuja atividade é a prestação de serviços de esterilização em óxido de etileno, manifestou interesse na disputa licitatória, posto que preenche todos os requisitos indispensáveis para o determinado fim.

Contudo, ao analisar as cláusulas do r. Edital verificou-se a ausência de requisitos que comprometem a disputa, podendo ocasionar prejuízos não somente aos licitantes, como ao próprio Órgão, no que tange a qualidade dos serviços a serem executados.

Nestes termos, denota-se que de acordo com o edital retificado, segue abaixo a relação dos documentos que o Licitante deve apresentar (grifos acrescidos):

20 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.6 Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014.

O vício acima elencado acarreta óbice à realização da disputa, pois exige da empresa documento que se encontra dispensada de apresentação, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

Assim sendo, a presente impugnação deve ser acolhida com a finalidade de sanar as irregularidades apresentadas, para o fim de que se realize a retirada da obrigação de apresentar os documentos descritos no item 20.6, qual seja, a Cópia da Autorização de Funcionamento da Licitante (AFE) expedida pela ANVISA.

3.0 DO MÉRITO.

O ordenamento jurídico pátrio ao regulamentar o procedimento licitatório o sujeitou aos princípios estabelecidos no art. 37, inciso XXI. da Constituição Federal, a seguir transcrito:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por sua vez, a Lei 14.133/2021, regulamenta o artigo constitucional supracitado. Em seu artigo 5º, determina que:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Com efeito, os dispositivos legais invocados elucidam que dentre os princípios constitucionais que a **licitação deve obedecer, estão o da isonomia e o da igualdade de condições a todos os concorrentes.**

Neste aspecto cumpre mencionar que o processo licitatório, além da finalidade de obter uma proposta mais vantajosa, é também de proporcionar competitividade e igualdade entre os participantes.

Desta feita cumpre mencionar que dentre os requisitos estabelecidos para o enquadramento para a execução do serviço prestado, tem-se que destacar as exigências de qualificação técnica.

Nestes termos, denota-se que de acordo com o edital retificado, segue abaixo a relação dos documentos que o Licitante deve apresentar (grifos acrescidos):

20 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.6 Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014.

Ocorre que, inexistente obrigação da Impugnante de apresentar os documentos descritos no item 20.6, quais sejam, a **Autorização de Funcionamento** da Licitante (AFE) emitida pelo órgão competente, pelos motivos abaixo elencados.

De início, quanto a exigência prevista na alínea 20.6 do item 20 “*Da Qualificação Técnica*”, o Edital de Licitação exige, para fins de habilitação ao procedimento licitatório, a apresentação de Autorização de Funcionamento da licitante expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA.

Ocorre que, de acordo com o comunicado da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (anexo), a Lei nº 6.360 de 1976 estabelece que a atividade de esterilizar correlatos não está contemplada no artigo 2º da referida Lei, de modo que as empresas que prestam exclusivamente serviços de esterilização, reprocessamento e reesterilização de materiais e artigos médico-hospitalares – como é o caso da Impugnante -, estão desobrigadas de possuírem Autorização de Funcionamento emitido pela ANVISA.

Ante o exposto, requer-se à Vossa Senhoria, a retirada da obrigação da Impugnante de apresentar os documentos descritos na alínea 20.6 do item 20 em virtude da desnecessidade de fazê-lo.

Caso assim não seja deferido, que apresente uma alternativa que possibilite a participação da empresa FGF Comércio e Serviços de Esterilização em Óxido de Etileno LTDA na licitação, considerando que houve a comunicação sobre as razões de não possuir os documentos do item acima descrito.

4.0 DO PEDIDO.

Ante o exposto, quer-se à Vossa Senhoria:

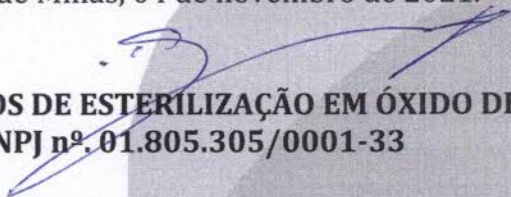
a) Seja recebida e considerada tempestiva a presente impugnação para, ao final, ser **JULGADA PROCEDENTE** com a consequente retificação do Processo 3.085/2021 Pregão Eletrônico nº 100/2021 para o fim de retirar a obrigação da empresa **FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO** de apresentar o documento descrito no item 20.6, qual seja, a **Autorização de Funcionamento** da Licitante (AFE), em virtude da impossibilidade de fazê-lo.

b) Alternativamente, caso assim não seja deferido, requer seja apresentada uma alternativa que possibilite a participação da empresa **FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO LTDA** na licitação, considerando que houve a comunicação sobre as razões de não possuir o documento descrito no item 20.6. do presente edital.

Termos em que,

Pede e espera o deferimento.

Maripá de Minas, 04 de novembro de 2021.


FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO LTDA
CNPJ nº. 01.805.305/0001-33